A Sociedade e as práticas letradas nos paratextos da Época Moderna

Society and Writing Practices in Early Modern Paratexts

Andréa Doré

Universidade Federal do Paraná, Departamento de História. Curitiba, PR, Brasil.
andreadore@ufpr.br
https://orcid.org/0000-0001-5320-8065

Verônica Calsoni Lima

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Departamento de História, Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais. Uberaba, MG, Brasil.
veronica.lima@uftm.edu.br
https://orcid.org/0000-0002-4090-9476

Em 1704, quando publicou *The Battle of the Books*, um ensaio satírico de Jonathan Swift, o livreiro-editor John Nutt preocupou-se em incluir uma carta ao leitor de sua própria autoria. Antecipando a narrativa que se seguiria — a respeito da disputa entre os textos antigos e modernos, ambientada na St. James's Library —, ele alertava que, ao ler a obra de Swift, era preciso evitar

> [...] aplicar às Pessoas aquilo que aqui se refere apenas aos Livros, no sentido mais literal. Assim, quando *Virgílio* é mencionado, não devemos entender a pessoa de um famoso Poeta chamado por esse nome, mas apenas certas folhas de papel encadernadas em couro, contendo, em impressão, as obras do referido Poeta, e o mesmo vale para os demais.[1]

A advertência lembrava que o livro em questão não era uma manifestação direta dos autores — fossem antigos ou modernos —, mas um artefato composto por

[1] No original: "I must warn the Reader, to beware of applying to Persons what is here meant, only of Books in the most literal Sense. So, when *Virgil* is mentioned, we are not to understand the Person of a famous Poet, call'd by that Name, but only certain Sheets of Paper, bound up in Leather, containing in Print, the Works of the said Poet, and so of the rest." Tradução livre, itálicos do original. John Nutt, "Bookseller to the Reader". In: Jonathan Swift. *A Tale of a Tub. Written for the Universal Improvement of Mankind. To which is added, An Account of the Battel Between the Antient and Modern Books in St. James's Library…* London: Printed for John Nutt, near Stationers-Hall. MDCCIV [1704], fl.226.

múltiplos processos, agentes e materiais, que também davam sentido à obra. Podemos chamar os elementos observados por Nutt, as folhas de papel, a encadernação em couro e a impressão, de *paratextos* — fazem o texto existir, mas não são o *texto*. Embora o termo ainda não existisse e nada semelhante tenha sido utilizado em sua carta ao leitor (sendo ela própria um paratexto), o livreiro-editor demarcava a importância de tudo aquilo que circundava a história de Swift para a compreensão da própria obra.

Foi Gérard Genette, teórico literário francês, que examinou de maneira mais sistemática os liminares dos textos. *Seuils*, seu trabalho seminal publicado em 1987, discutia como

> [...] um texto raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que, em todo o caso, o cercam e o prolongam, exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo, sua "recepção" e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro.[2]

Ainda que o trabalho de Genette tenha passado por diversas críticas e revisões desde então, argumentamos que suas concepções permanecem operativas, sobretudo do ponto de vista metodológico. Mais do que elaborar um catálogo de tipos de paratextos a ser aplicado ao exame de capas, folhas de rosto, prefácios, índices, entre outros, Genette propôs que se observasse a categoria a partir de seu rendimento analítico. Em outras palavras, um paratexto não existe enquanto entidade, "escolhe-se, antes, *dar conta nesses termos* de certo número de práticas ou de efeitos".[3]

Com base nessa proposta, o projeto *A função social dos paratextos no período moderno*[4] procura, desde 2024, repensar as contribuições de Genette e desenvolver o tema dos paratextos em dois sentidos: analisando suas diferentes manifestações nos documentos da Época Moderna e examinando como elas permitem acessar aspectos da produção e circulação dos objetos, da sociabilidade, das disputas, conflitos e lealdades de todo tipo, em suma, como permitem compreender a sociedade que os produz. A noção de paratextualidade é, assim, central: ultrapassa os elementos tradicionalmente entendidos como paratextos e considera que qualquer componente de um documento pode ter *valor paratextual*. O termo *paratextualidade*, já utilizado por Genette em *Seuils*, designava a relação que um texto estabelece com seus paratextos. Ou, como

[2] Gérard Genette. *Paratextos Editoriais*. Cotia: Ateliê, 2009, p. 9. Itálicos do original.
[3] *Idem*, p. 301.
[4] Edital Universal CNPq/MCTI nº 10/2023, Processo 403863/2023-6, coordenado por Andréa Doré e integrado por André de Melo Araújo, Thomás Haddad, Luís Filipe Silvério Lima e Verônica Calsoni Lima.

sugerimos de forma mais ampla, a paratextualidade se refere "a toda sorte de mediação estabelecida contextualmente entre o artefato e o leitor".[5] Mais do que determinar a forma ou a classificação de um paratexto, interessa-nos, portanto, analisar "a capacidade que certos elementos constitutivos de uma obra têm de demarcá-la".[6] Convidamos à leitura do primeiro resultado dessas discussões: um artigo coletivo que mapeia o entendimento da noção de elementos adjacentes aos textos — antes mesmo da categorização de Genette —, aborda perspectivas de análise nos estudos atuais e explicita a proposta metodológica da ênfase na paratextualidade.[7]

Este dossiê se insere no interesse em expandir e motivar o estudo dos paratextos na Época Moderna e apresenta trabalhos que privilegiam o escrutínio de diferentes manifestações de paratextualidade em documentos produzidos entre os séculos XVI e XVIII. A invenção da imprensa promoveu a proliferação de paratextos — uma "explosão prefacial".[8] Para Ann Blair, o estímulo à produção de paratextos vinha de três fatores: da redução dos custos dos livros, permitindo a inclusão de paratextos, muitas vezes em cadernos separados, antes e depois do texto principal; da imprensa como produtora de mercadoria que precisava atrair compradores, utilizando os paratextos como peças de propaganda. O terceiro fator trata da ansiedade dos autores em torno das publicações. Eles queriam difundir suas obras e ampliar sua reputação, mas viam aumentar o temor de que sua recepção fosse desfavorável. Enquanto os impressores queriam vender livros, os autores queriam assegurar a benevolência de seus leitores.[9]

Os nove artigos que compõem este dossiê demonstram, justamente, a diversidade de manifestações paratextuais e a variedade de motivações e de interesses na interface entre leitores, obras e seus públicos entre os séculos XVI e XVIII. Os artigos tensionam os limites das definições genettianas e os extrapolam para pensar seus rendimentos analíticos em textos e contextos distintos daqueles privilegiados em *Seuils*, restritos aos romances publicados entre os séculos XIX e XX.

Cada artigo retoma as ideias iniciais de Genette sobre os paratextos. A aparente redundância é sintomática da centralidade do seu trabalho e, a nosso ver, é um ponto de partida que assegura autonomia às contribuições. Igualmente, em cada texto são arroladas diferentes referências bibliográficas,

---

[5] Andréa Doré; André de Melo Araújo; Thomás A. S. Haddad; Verônica Calsoni Lima; Luís Filipe Silvério Lima. "Paratextos e Paratextualidade na Época Moderna: Limiares, Funções e Transformações". In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 33, pp. 1–35, 2025, p. 28.
[6] *Idem*, p. 7.
[7] *Idem*.
[8] Philippe Desan. "Préfaces, prologues et avis au lecteur: stratégies préfacielles à la Renaissance." In: François Cornilliart, Ullrich Langer e Douglas Kelly (eds.). *What is literature?: France, 1100–1600*. Lexington: French Forum, 1993, pp. 101-122, p. 101.
[9] Ann Blair. *L'entour du texte: la publication du livre savant à la Renaissance.* Paris: BNF, 2021, pp. 1-20.

demonstrando a existência de um campo vasto e diversificado de estudos sobre os paratextos na Época Moderna.

Entre os nove artigos, seis se concentram nas páginas preliminares de seus respectivos objetos. Isso evidencia algumas das considerações de Roger Chartier acerca do funcionamento das oficinas tipográficas no "antigo regime tipográfico". Embora os frontispícios, as folhas de rosto, os prefácios, as licenças e as dedicatórias fossem elementos que precediam os textos, seus cadernos eram os últimos a serem preparados e impressos nas prensas de tipos móveis. Não por acaso, muitos desses cadernos recebiam marcas de assinatura diferentes daquelas aplicadas ao restante do texto, indicando o processo produtivo do qual resultavam.[10] É mais recorrente, portanto, a manifestação de paratextualidade nesses preliminares, que apresentam, guiam e informam a leitura da obra.

A contribuição de Arthur Feller Rigaud Cardoso investiga como as dedicatórias, presentes em livros portugueses das décadas de 1580 a 1640, funcionaram como meios de intervenção política no contexto da Monarquia Hispânica. Ao analisar dedicatórias endereçadas ao rei, a vice-reis e a conselheiros régios, o autor argumenta que esses paratextos representavam mais do que práticas de "exórdio retórico" aos patronos das obras. Tais elementos também serviam para introduzir advertências, sugestões ou posicionamentos críticos, expressando relações de poder e expectativas sociais fundamentais para compreender o funcionamento político e cultural de Portugal na Época Moderna.

Privilegiando o contexto português setecentista e oitocentista, o trabalho de Claudio DeNipoti se dedica ao estudo da matéria prefacial de livros e métodos de ensino, sobretudo daqueles voltados ao ensino da língua portuguesa, como as gramáticas. A partir desses paratextos, o autor identifica mudanças de conteúdo motivadas por fatores diversos, como a influência geral do Iluminismo, com sua ênfase nas questões educacionais, e, mais especificamente, as reformas pombalinas, que culminaram na expulsão dos jesuítas em 1759. Do exame dos prefácios, emerge a possibilidade de localizar e analisar os diferentes "leitores intencionados" — os destinatários idealizados pelos autores e editores —, evidenciando quais aspectos do público eram representados, especialmente no que diz respeito às concepções de infância e educação e às preocupações do mundo das "Luzes".

O prefácio também é a fonte privilegiada por André de Melo Araújo em seu texto. No entanto, o autor avança para além de suas características de material preliminar introdutório. O prefácio de *Historia genealogica dominorum Holzschuherorum* (1755), de Johann Christoph Gatterer, é interpretado como um mecanismo que organiza e legitima a evidência documental. Por meio de um estudo detalhado e comparativo das versões manuscrita e impressa da obra, o autor examina como a prova histórica é construída e reforçada por marcas gráficas e procedimentos de verificação da informação. O caso de Gatterer

[10] Roger Chartier. "Paratexto e preliminares". In: Roger Chartier. A *mão do autor e a mente do editor.* São Paulo: Unesp, 2014, pp. 235-257.

permite que Araújo faça, ainda, uma proposição teórica, apresentando o conceito de "epistemologia paratextual" para designar as operações que constituem a autoridade científica a partir de elementos que circundam o texto principal.

Prefácios, folhas de rosto, dedicatórias e outros elementos preliminares são trabalhados, ainda, no estudo de Kelly Appelt. Centrada na análise das páginas liminares de *Rimes redoublées* (1671) e *L'Avantures d'Italie* (1677), de Charles Dassoucy, a autora examina como esses paratextos eram mobilizados por escritores libertinos franceses. A criticidade de suas obras, com frequência, poderia representar riscos para a publicação. Nesse sentido, os paratextos serviam como proteção dos autores e suas obras. No caso dos trabalhos de Dassoucy, nota-se que as suas páginas preliminares costumam reivindicar seu prestígio de letrado e músico, antecipar e responder críticas de outros escritores, e tentar superar a repressão político-religiosa do contexto em que vivia.

A relação com as estruturas de controle e censura da imprensa foi objeto das contribuições de dois outros artigos, o de André Sekkel Cerqueira e o de Verônica Calsoni Lima. Sekkel Cerqueira buscou discutir como licenças de aprovação de impressão e publicação de livros portugueses do século XVII exerciam funções que extrapolavam seus papéis enquanto instrumentos jurídicos e eclesiásticos que autorizavam (ou não) a circulação dos textos. O parecer que frei Jerônimo Baía fez sobre o livro *Campanha de Portugal pella provincia do Alentejo na Primavera do anno de 1663*, de D. Antônio Álvares da Cunha, e, depois, o parecer que o próprio Álvares da Cunha fez de *História de Portugal Restaurado*, do Conde da Ericeira, demonstram que as licenças também serviam para preceituar gêneros retórico-poéticos, delimitando as estruturas dos tratados históricos e conferindo autoridade a seus respectivos autores.

Calsoni Lima, por sua vez, examina as disputas entre censores e transgressores a partir do caso da publicação de *The Rehearsal Transpros'd*, sátira de Andrew Marvell, publicada em duas partes entre 1672 e 1673, na Inglaterra. Ao examinar folhas de rosto, licenças, *imprints* e prefácios de diferentes edições da obra, a autora evidenciou, por um lado, as interferências dos agentes de controle — Companhia dos Estacionários de Londres, Inspetor da Imprensa e licenciadores —, e, por outro, as estratégias articuladas por Marvell e seus editores para assegurar a circulação da sátira virulenta, que tratava sobre liberdade de culto e disseminava propaganda anticatólica. Para a autora, os paratextos eram mobilizados em uma intensa disputa política, que desafiava o controle das autoridades, defendendo a abertura da imprensa para a discussão de assuntos de interesse geral.

Perscrutando manifestações paratextuais menos usuais, que não aparecem necessariamente entre as folhas preliminares de uma obra, os trabalhos de Andréa Doré, Thomás Haddad e Luís Filipe Silvério Lima permitem perceber a operatividade da categoria de paratextualidade. Doré o faz elegendo como enfoque primordial não elementos textuais, mas visuais, especificamente os paracartográficos, isto é, as ilustrações, os cartuchos, as escalas e os enquadramentos de diferentes mapas produzidos na Europa, entre os séculos XVI e XVII, que representavam as terras do Brasil. A partir de quatro exemplos,

e explorando as relações entre cópias de mapas e paratextos, Doré discute práticas das culturas impressa e geográfica da Época Moderna. Ao destacar mudanças de paratextos em variadas cópias de mapas, a autora percebe os profícuos diálogos entre as obras e seus contextos sociais, ressaltando que a paratextualidade aparece como lugar privilegiado para se pensar o "dentro" e o "fora" das obras.

Thomás Haddad explora o valor paratextual, sinônimo de paratextualidade, de elementos diversos, encontrados em três periódicos científicos do século XVII que remontam ao relato de Valentin Stansel acerca do cometa de 1668, observado no Brasil. Sua abordagem reconstitui uma intrincada rede de referências, traduções, menções e respostas mediadas pelos editores dos periódicos. Encontrando aquilo que chamou de uma "paratextualidade generalizada", Haddad discute como a opção heurística por "seguir os paratextos" ajuda a repensar os regimes epistêmicos das ciências e as práticas da comunicação científica na Época Moderna.

Por fim, o artigo de Luís Filipe Silvério Lima explora de forma detalhada edições e versões de *Esperança de Israel* (1650) e *Apologia por la noble nación de los Judios* (1649), para examinar o papel de Menasseh Ben Israel como autor e impressor. Ao destacar elementos gráficos e materiais das obras, o autor sugere que *Apologia* circulava como um posfácio de *Esperança de Israel*. Esse reenquadramento de *Apologia* enquanto um paratexto permite repensar as intenções de Menasseh ao publicar *Esperança* e sua circulação entre diferentes comunidades milenaristas, assim como a fluidez das classificações paratextuais.

Os artigos aqui elencados demonstram a vastidão das possibilidades de trabalho com os paratextos e a paratextualidade. Esperamos que sirvam de estímulo para novos olhares a partir dos elementos liminares, marginais e circundantes, que formam e informam os documentos da Época Moderna.

Referências

BLAIR, Ann. *L'entour du texte: la publication du livre savant à la Renaissance.* Paris: BNF, 2021.

CHARTIER, Roger. "Paratexto e preliminares". In: CHARTIER, Roger. A *mão do autor e a mente do editor.* São Paulo: Unesp, 2014, pp. 235-257.

DESAN, Philippe. "Préfaces, prologues et avis au lecteur: stratégies préfacielles à la Renaissance." In: CORNILLIART, François; LANGER, Ullrich; KELLY, Douglas (eds.). *What is literature?: France, 1100–1600*. Lexington: French Forum, 1993, pp. 101-122.

DORÉ, Andréa; ARAÚJO, André de Melo; HADDAD, Thomás A. S.; LIMA, Verônica Calsoni; LIMA, Luís Filipe Silvério. "Paratextos e Paratextualidade na Época Moderna: Limiares, Funções e Transformações". In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 33, pp. 1–35, 2025.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Cotia: Ateliê, 2009.

NUTT, John. "Bookseller to the Reader". In: SWIFT, Jonathan. *A Tale of a Tub. Written for the Universal Improvement of Mankind. To which is added, An Account of the Battel Between the Antient and Modern Books in St. James's Library…* London: Printed for John Nutt, near Stationers-Hall. MDCCIV [1704].